



A Concepção de filosofia em Dewey e o caráter educativo das Instituições: primeiras aproximações ao cientismo deweyano

Por Leoni Henning

1. Introdução - Em sua obra *A Reconstrução na (da) Filosofia*, publicada originalmente em 1920 e mais tarde republicada, em 1948, com uma extensa introdução, John Dewey (1859-1952) chama a atenção para as particularidades do mundo pós-1ª Guerra Mundial. Daí a sua forte sugestão da necessidade de uma *reconstrução* da disciplina de filosofia já expressa no título da referida obra. Na verdade, o livro resultou de uma série de conferências que Dewey realizou na Universidade de Tóquio, no Japão, no final do ano anterior.

Para realizar este empreendimento intelectual, o filósofo norte-americano parte de uma premissa essencial comungada como um dos notáveis representantes do pragmatismo clássico e propositos de teses que desembocam na filosofia social. Ou seja, para ele, o trabalho filosófico deve se originar a partir dos problemas humanos reais que emergem do contexto em que os homens vivem. Assim, enfatiza que a vida da comunidade humana se desenvolve segundo um movimento de mudanças e de crises, o que motiva novos problemas para a filosofia se ocupar. Isto posto,

entende-se o porquê dos problemas filosóficos variarem de tempos, lugares e épocas diferentes. Somente em considerar-se assim, é que o conhecimento filosófico teria sentido, acredita Dewey, passando logo a se ocupar da elaboração de uma análise criteriosa sobre as raízes favorecedoras da crise da humanidade nas primeiras décadas do século XX e das amarras circunstanciais em que a filosofia se encontrava no período e que a tornava incapaz de se aliar na busca de saídas para as incertezas e ansiedades humanas.

Em sua análise, Dewey entende que a Iª Guerra Mundial fez com que a humanidade deixasse para traz o seu sonho de harmonia social e de um progresso crescente, conduzido pelo espírito otimista que irmanava todos por um ideal de felicidade e de paz. Lembremos que a característica própria do século XIX foi a certeza entusiasmada nos resultados positivos que a ciência promoveria à humanidade. Basta recuperarmos as teses positivistas sistematizadas no *Sistema Positivo*, elaborado por Auguste Comte (1798-1857), para resgatar o vigor do otimismo implantado no ideário filosófico do período. Na realidade, o que se depreendeu dessa experiência no século subsequente foi o necessário enfrentamento das catástrofes advindas do conflito mundial, uma forte insegurança e um crescente pessimismo na sociedade humana. Dewey aponta o mesmo estado de perturbação entre os filósofos, os quais recorriam às técnicas e aos formalismos ou então, aos modelos ideais conservados no passado, como bálsamo às suas ansiedades, ao se sentirem incompetentes para lidarem com a nova realidade. No entanto, assevera que esta busca por um refúgio é inapropriada e se expressa assim:

Os problemas com os quais uma filosofia relevante ao presente precisa lidar são aqueles que emergem sempre da dimensão geográfica humana e com aguda intensidade de penetração; este fato é uma indicação desafiadora da necessidade para um tipo diferente de reconstrução como esta que agora está em evidência (DEWEY, 1957, p. vii –).

Com efeito, as teorias oriundas do passado - longe de serem menosprezadas pelo autor, o qual afirma a sua significativa importância exatamente por elas se reportarem aos problemas do seu

tempo - se tornaram, no entanto, anacrônicas em relação aos problemas do mundo revolucionado pela ciência, cujo conhecimento embasado numa nova postura essencialmente investigativa, provocou uma ordem econômica condizente marcada pela indústria e por uma política própria. Nesse sentido é que o autor propõe um método de pensamento, de conhecimento e de ação adequado ao mundo moderno.

Defendendo o método da inteligência como alternativa ao exercício teórico realizado pela ‘pura racionalidade’ - como fora outrora entendida a dimensão da razão humana - Dewey estabelece como investigação, o método da observação, da formulação de hipóteses e o modo experimental de conhecer as questões humanas e morais, propondo assim, o raciocínio reflexivo e ativamente ligado às questões que emergem das circunstâncias presentes e que exigem solução.

Desse modo, o filósofo norte-americano aponta para a necessidade de uma nova abordagem sobre o conhecimento – decorrendo daí uma necessidade de ”reconstrução” da filosofia - uma vez que, desde a Grécia Clássica, houve o estabelecimento da cisão entre teoria e prática, ou seja, uma separação entre o saber e o fazer, significando a filosofia como um apelo pré-científico diante dos problemas do mundo natural e humano, pré-tecnológico no âmbito da indústria e pré-democrático em relação à moderna instância política. Diante disso, Dewey contesta mostrando que a necessidade de estar conectada com os problemas humanos reais, concretos e imediatos é um imperativo à filosofia, a qual deve ainda mais, estar sempre ligada às crises e tensões já indicadas no futuro para então poder orientar os homens. Ocorre que os sistemas filosóficos construídos pelos antepassados se baseavam em verdades absolutas e em princípios imutáveis representados principalmente pelos conceitos de Ser, Natureza e Realidade, cujos preceitos, na maioria dos casos, lhes garantiam o poder e a autoridade, os obrigando a desprezarem aquilo que era “simplesmente humano” ou da ordem experiencial, mundana e natural. Mesmo os pressupostos das ciências naturais apresentavam no passado igual caráter, a saber, a imutabilidade e independência do tempo e do espaço e das

partículas materiais que aí estão. Todavia, com o desenvolvimento do conhecimento humano, percebeu-se que apenas o ‘processo’ que realizavam é que seria universal, acredita o autor.

Insistindo em suas críticas aos dogmatismos que negam ou desprezam a mudança, Dewey defende a ‘universalidade relativa ou relacional’. Enquanto que os primeiros revelam uma postura fundamentada em teoria cientificamente controladora - quase sempre já desacreditada - se posicionando de fora e de uma dimensão de superioridade voltada a si própria, a universalidade relacional de que nos fala o autor, se sustenta na aplicabilidade essencial das teorias. Esta convicção estabelece que o aspecto ‘universal’ da nova proposta revela, antes de tudo, as condições e oportunidades reais da vida humana da qual emanam os fatos e os fenômenos que são sondados à luz de novas hipóteses colocadas em prática dentro de uma visão experimentalista de conhecer. Além disso, este espírito observacional e universalista é que possibilita a formação de sistemas temporal e espacialmente mais amplos, ligando os fatos e os fenômenos aparentemente isolados através de uma atitude mais ativa de aplicabilidade de hipóteses e, conseqüentemente, de rejeição a um ponto de vista conclusivo e definitivo de conhecimento. Trata-se, nesse caso, do princípio que estabelece a íntima e dinâmica relação do todo com as partes, como guia do trabalho inteligente humano - caro aos pragmatistas de linhagem deweyana.

Ciência seria, segundo o seu modo de entender, mais uma *busca* daquilo que poderia ser idealizado do que a sua posse definitiva. Isto quer dizer que os hábitos de pensar cristalizados, seja na filosofia ou na ciência, se afiguram a Dewey como resultantes da rotina mostrando-se embotadores de elaborações possíveis de serem feitas à luz de novas perspectivas sobre os fenômenos e sobre a realidade. Na verdade, para ele, a linha fronteira entre os dois campos de conhecimento é muito tênue, mesmo que se diga que a ciência permite maior aplicabilidade dos saberes de modo mais delimitado e específico, ficando a filosofia restrita a um tipo de saber mais compreensivo e não diretamente transferível por uma forma útil e imediata de investigação. Com

efeito, pela história das ciências sabemos que nem sempre foi assim, nos adverte o filósofo. Para ele, o chamado ‘campo científico’ passou por um momento de discussão muito parecido com aquele mais de traço filosófico.

Dewey chama a nossa atenção sobre a penetração da ciência nas diversas instâncias da vida moderna e, também, sobre a necessidade de recuperarmos a vitalidade da filosofia diante das questões relacionadas ao período do pós-Guerra, uma vez que o homem, à época, estava envolto em crise principalmente motivada pela contraposição entre o campo moral-religioso (fundamentado numa tradição impregnada por princípios absolutos e imutáveis) e o campo científico (orientado por um espírito renovador e por mudanças amplas e rápidas, mas benéficas aos assuntos práticos da vida humana). Tal situação, segundo o autor, tornou-se o principal problema da filosofia do “mundo moderno”, uma vez que ela própria pode localizar esse profundo dualismo das duas instâncias. De um lado, surgem as questões de fundo moral, que são atestadas por uma supremacia do poder espiritual superior e relativo ao reino do Ser, estando ao encargo da religião; e, de outro lado, as questões de ordem prática e material que estariam sob a jurisdição da ciência. Portanto, não seria de bom grado, nesse caso particular da época, que a ciência se intrometesse nas questões de ordem espiritual.

Diante dos resultados dessa situação profundamente crítica, denunciada por muitos como sendo de imensa desordem, ansiedades e incertezas e sem perspectivas de solução imediata, Dewey aponta para uma necessária revisão do conhecimento, da postura e da prática humana, na busca de saídas para os problemas aparentemente insolúveis.

Assim, o autor enfrenta os questionamentos sobre a ciência moderna como sendo ela a origem do mal presente no período em discussão – por exemplo, pela presença e ameaça da bomba atômica à sociedade - indicando a necessidade de formulação de uma reconstrução generalizada, incluindo-se nela, a moral. O filósofo coloca como requerimento para que esta discussão fosse

aprofundada, a realização de uma investigação acurada sobre as condições institucionais nas quais, a ciência se desenvolveu e vicejou incólume. Além disso, sugere uma investigação desde as situações que deram origem à ciência, ainda num tempo pré-científico. São dele as palavras:

Aqui, então, está o trabalho reconstutivo que precisa ser feito pela filosofia. Ele precisa ser realizado para o desenvolvimento da investigação nos assuntos humanos e daí em assuntos morais, o que os filósofos dos últimos séculos fizeram para a promoção da investigação científica em condições físicas e fisiológicas e aspectos da vida humana (DEWEY, 1957, p. xxiii).

No entanto, Dewey vê aí um dilema. Pois, apesar de observar que quando a ciência desconsidera as questões sobre os “valores” em suas investigações acerca das questões humanas, acaba por produzir um conhecimento muito superficial. Mas, no entanto reconhece também, que quando ela se interessa pelos aspectos morais que envolvem tais temáticas, frequentemente esbarra em preconceitos e restrições postas pelas próprias instituições.

É exatamente este estado acima descrito o que foi responsável pela instabilidade existencial e pela ansiedade misturadas a um clima de insegurança e de incertezas, próprias do período pós-Guerra e que, de acordo com a visão de Dewey, estaria desafiando forçosamente a filosofia para um reexame e conseqüente reconstrução. O que seria esperado dessa reconstrução é descrito pelo autor do seguinte modo:

[...] reconstrução pode ser nada mais do que o trabalho de desenvolvimento, de formação e de produção (no sentido literal) das instrumentalizações intelectuais (as “categorias”) que progressivamente dirigirão a investigação para fatos profundamente e inclusivamente humanos – isto é, moral – da cena e da situação presente (DEWEY, 1957, p. xxvii).

Notadamente, a ciência é um conhecimento parcial e incompleto que não dá conta das questões especificamente humanas, abordando, em contrapartida, o mundo físico e natural com inigualável competência. A investigação científica se realiza a partir do mundo físico, no entanto, penetrou nas instâncias da vida moderna e encontrou uma moral antiga já sedimentada. Isso impõe uma reconstrução na própria filosofia que tem servido para resguardar uma moral já ultrapassada

pelos tempos modernos, tornando-se impeditiva aos avanços próprios de uma ciência ágil e investigativa, avessa aos valores perenes e ao espírito dogmático.

2. Origens do problema presente na modernidade ocidental - Ainda durante os séculos XVII a XIX havia uma presença importante dos resquícios cosmológicos e ontológicos na estrutura da cultura ocidental, mas que foram enfrentados, principalmente, pelas investigações realizadas por filósofos e cientistas da época. Estes últimos ofereceram aos primeiros um método de investigação que já indicou uma necessidade de reconstrução da própria filosofia. E foi a partir daí que se originou um problema sério, pois o método do conhecimento científico pressupõe uma identidade entre investigar e descobrir, promovendo uma auto-correção continuada no processo de conhecer, que leva ao abandono do velho e aceitação da novidade, de modo aberto e flexível numa busca em aprender tanto pelos êxitos quanto pelos fracassos.

Em contrapartida, no mundo da moralidade tradicional, em que o “espiritual” e o “ideal” fazem parte de uma dimensão de superioridade e transcendência em relação ao mundo natural e material no qual transita a ciência, a atitude flexível sugerida pelo método científico desperta um sentimento de medo e de insegurança e, também, uma sensação de perigo e de ameaça destruidora. Tais esferas em que a atividade humana se realiza são consideradas segundo padrões de hierarquização distintos, ficando a ciência destinada ao tratamento das questões do mundo físico e material, circunscrita a uma investigação da ordem da percepção sensorial, não se voltando às questões de dimensão mais elevada da razão e da espiritualidade. Donde se segue que por se tratar de patamares distintos, com suas formas distintas de conhecer e de investigar, devem, a ciência natural e os costumes, ficar cada qual restrito à dimensão que lhe é peculiar, não permitindo a ingerência ou influência de algo próprio à ordem inferior, à instância da moralidade.

Como resultado disso, assinala Dewey, deu-se a solidificação dos dualismos presentes na cultura ocidental, em especial, no que diz respeito à ruptura entre mundo físico e mundo espiritual,

o que vem exigir a reconstrução da filosofia diante de um conjunto de problemas postos e aprofundados pela modernidade. Na verdade, esse dualismo denota a conveniência do usufruto das vantagens práticas e da utilidade da ciência de um lado e, de outro, a manutenção intacta dos padrões de superioridade e de autoridade dos costumes e de suas crenças, fundamentada em princípios morais cristalizados. No entanto, não houve como perpetuarmos tal separação de modo rígido e permanente. A penetração de uma nova maneira de pensar foi inevitável, podendo ser citado, como exemplo, o movimento de secularização que foi gradual e amplamente estendido no mundo ocidental.

Essas colocações postas por Dewey, apontam ora para uma aproximação ao positivismo no quesito “valorização do conhecimento científico e investigativo”, mas ao mesmo tempo, um distanciamento quando quer transportar a mesma racionalidade – ou espírito inteligente presente na ciência – à filosofia, como forma de enfrentamento crítico a qualquer espécie de moral dogmática, conservadora e imperativa a toda a humanidade, como foi o caso das formulações de Comte.

Não podemos perder de vista a inclusão das propostas deweyanas no movimento crescente de secularização – no qual também devemos incluir as propostas positivistas - num contexto filosófico de debates sobre os problemas que afligiam toda a sociedade ocidental do início do século XX, em que encontramos uma sorte de proposições de diferentes matizes, indo das mais libertárias às mais conservadoras, como os movimentos de esquerda (anarquismo, socialismo e comunismo) e de direita conservadora, dentre os quais se destacam aquelas de raiz religiosa, entre outras.

3. Principais questões do início do século XX – Envoltas em uma grande crise existencial de pós-Guerra, a humanidade do início do século XX se viu em presença de um forte ataque contra a ciência movido pela crença de que a nova ciência e a moderna tecnologia seriam as responsáveis pelo mal de que padeciam. Como um segundo ponto a ser considerado, o autor nos mostra a crença dominante naquele contexto de que a natureza humana seria essencialmente maléfica, devendo-se

ser instaurada uma moral baseada numa autoridade extra-natural para a garantia do equilíbrio, da igualdade e da liberdade. Em terceiro lugar, o filósofo aponta para uma atitude dominante no período que insistia na necessidade de transferência a uma classe especial – originada das antigas instituições medievais – a orientação moral da humanidade. Esse conjunto de fatores mostra uma mistura particular do novo e do velho – causadora de tamanha situação crítica – e que, para o filósofo, estaria motivando a exigência de um comportamento investigativo estendido também ao campo da moral. Assim, são dele as palavras:

[...] teria de haver um compartilhamento ativo no trabalho de construção de **uma ciência humana moral, que serviria como um precursor necessário da “reconstrução” do estado atual da vida humana para a ordem** e para as outras condições de uma vida mais plena do que o homem tem vivido até então. (DEWEY, 1957, p. xxxvi).

O filósofo pragmatista chama a atenção para um dos desafios intelectuais postos por essas questões, apontando para a exigência de uma análise e exploração sistemáticas sobre as relações da situação pré-científica, pré-tecnológica e pré-democrática do passado (o velho) com os valores implicados na situação presente em que grassa a investigação científica (o novo). Nesse sentido, ele ressalta o reconhecimento da sociedade da época no poder do conhecimento científico e tecnológico como gerador de meios importantes e úteis à humanidade, devendo-se, contudo, igualmente ser considerada a necessidade de revisão ou de renovação da moral instituída para que tais meios possam trazer, cada vez mais, os reais benefícios a todos e a realização de finalidades verdadeiramente humanas. Entretanto, o autor realça um importante problema na moral instituída, uma vez que a mesma estabelece insistentemente as finalidades *aprioristicamente* concebidas, acabadas e moralmente necessárias, em vista das quais, os meios a serem usados teriam uma orientação externa, imposta e determinada para o alcance desses fins últimos.

Desse modo, a nova ciência moderna, modificadora das atitudes, hábitos e crenças humanas, não poderia se servir de tais finalidades já previstas por um referencial moral anteriormente válido.

Na verdade, surgia aí a necessidade de uma nova ordem moral baseada em novos princípios e padrões morais mais flexíveis e dinâmicos. Ou seja, a reconstrução da filosofia estaria voltada para uma preocupação em apreender dessa análise, uma configuração moral condizente à nova situação posta pela investigação científica, pela nova política e estrutura econômica baseada na indústria e na tecnologia.

A partir do problema exposto, Dewey reforça, mais uma vez, os dualismos fortemente presentes em nossa cultura, no caso, entre fins absolutos, imutáveis e necessários, de um lado, e os meios contingentes e relativos à validade universal dos primeiros, de outro lado. Notadamente, para o filósofo, este dualismo poderia ser facilmente correlacionado com aquele já apontado anteriormente, a saber, entre o ‘material’, cujo foco principal é dado pela ciência natural, e o ‘espiritual’, instância da moralidade e dos valores perenes que orientam a conduta humana. No entanto, para o autor, a filosofia não é dessa ordem das verdades distantes do mundo e das experiências humanas concretas. Dewey ainda é mais contundente ao afirmar que esses dualismos refletem, a partir do passado, uma separação de tarefas realizadas pelos escravos, de um lado, e pelos chamados homens livres, de outro, sendo os primeiros considerados inferiores em relação aos segundos, uma vez que realizavam atividades ‘práticas’ voltadas ao mundo material, enquanto os outros apresentavam condições superiores para as atividades de cunho intelectual e ‘teórico’.

4. Análise investigativa na busca da compreensão sobre os antagonismos da época. Diante do exposto, o autor norte-americano realiza uma análise criteriosa sobre a época em questão, considerando em primeiro lugar o papel da filosofia e as suas possibilidades de auxiliar no enfrentamento da crise.

4.1. Das origens da filosofia – Na tentativa de pautar-se numa compreensão mais concisa sobre o campo filosófico, uma vez que indica a necessidade de reconstrução da disciplina, o autor formula

as suas argumentações a partir de uma análise sobre as origens da filosofia, mostrando as raízes do seu problema principal.

Para recuperar as origens da filosofia, Dewey elabora uma antropologia em que considera como próprio do homem primitivo a memória em que grassa a emoção, imaginação e a fantasia. Os esforços humanos, através da memória, nada têm a ver com as tentativas de explicação do mundo, como também, não apresenta com isso qualquer traço de natureza científica, mesmo admitindo-se que em alguns casos eles não tenham sido bem sucedidos. “A poesia e o drama, diferentemente da ciência, estão separados das noções de verdade e falsidade, racionalidade ou absurdo dos fatos, na mesma proporção em que a poesia é independente dessas coisas” (DEWEY, 1957, p. 07).

As tradições são, todavia, formadas pela repetição sistemática de algumas das experiências realizadas pelos indivíduos, que vão deixando de ser pertinentes unicamente a um dos membros particulares e se tornam generalizadas, chegando a representar a vida simbólica de um grupo com traços mais definitivos e padrões mais permanentes. Assim, por meio da educação é que os indivíduos vão se enquadrando a uma concepção de vida, que é formada pelo grupo e que representa a sua forma de perceber, sentir e agir em sua realidade e, por este processo, cada qual vai se amoldando às crenças da comunidade a que pertence. Como resultado disso, vimos concretizar-se a institucionalização dessa concepção geral de mundo e de expressões de um grupo, o qual consolida as suas crenças e manifestações culturais através de ritos, cultos e doutrinas reforçadas pelas ações de governos que passam a manter essas expressões culturais, ao mesmo tempo em que estendem a toda a comunidade o seu poder e a sua autoridade. Assim, Dewey explica:

Se isto literalmente é ou não, não é necessário investigar, muito menos demonstrar. É suficiente para os nossos propósitos {admitir-se} que sob {determinadas} influências sociais tomaram lugar doutrinas e cultos fixos e organizados que deram um tratamento geral à imaginação e regras gerais à conduta, e que tal consolidação foi um antecedente necessário à formação de qualquer filosofia como entendemos este termo (DEWEY, 1957, p. 09).

Evidentemente Dewey não toma esta origem remota da filosofia como suficiente. Apenas a entende como um princípio de sistematização, generalização e de organização primária das idéias que marcam o início de uma atividade humana que vai se complexificando à medida que o código moral estabelecido enfrenta os desafios intelectuais postos pelo conhecimento positivo da realidade, os quais vão exigindo, gradualmente, o abandono das fantasias e das elaborações imaginativas. É o início também de uma postura mais científica, uma vez que ao homem é imposta uma série de situações fenomênicas freqüentes cuja positividade vai sendo acolhida no repertório das suas idéias e observações da natureza. Desse modo, a aceitação das ferramentas oriundas da tecnologia para o enfrentamento dos fenômenos naturais, com os quais tem que conviver, vai se incorporando aos seus hábitos. Assim, o conhecimento do senso-comum sobre a natureza vai gradualmente se tornando ampliado, propiciando a origem de um comportamento mais científico diante do mundo e associado à manipulação dos meios e técnicas necessárias à sobrevivência humana e também a um espírito investigativo crescente.

Com efeito, os dois conjuntos de produtos da mente, a saber, aqueles ligados à imaginação e os outros resultantes de uma gradual compreensão positiva dos fenômenos e à intervenção mais direta no mundo, seguem circunscritos em suas instâncias, evitando incompatibilidades. No entanto, esses produtos também se tornam associados a classes sociais distintas com suas posições e funções específicas na sociedade: os que apresentam traços próprios às atividades de alcance mental e moral mais elevado e que, portanto, governam e lideram os outros que efetivamente trabalham e lidam com a realidade concreta. Este foi o caso da Grécia Clássica.

O contraste acirrado entre essas duas perspectivas ocasionava conflitos importantes como o que pode ser ilustrado pela condenação de Sócrates e a perseguição dos sofistas que desafiavam o poder instituído. Os artesãos gregos, que se fundamentavam num conhecimento mais realista, específico e mais próximo à comprovação, também realizavam suas ações técnicas num âmbito

mais limitado. Isto valia, por extensão, também àqueles que se dedicavam à arte, de modo geral, e aos médicos, cujas ações eram consideradas inferiores e estritamente técnicas e mecânicas em relação àquelas realizadas pelos governantes, por exemplo, ou por aqueles que determinavam a todos sobre os fins e propósitos últimos das ações humanas.

Pelo exposto, entendemos que há, no caso grego, por exemplo, uma instância fundamentada em princípios morais estabelecidos e originada da emotividade e imaginação humana e dos quais se depreendem os costumes e as regras não passíveis de admoestação pelo conhecimento advindo da experiência. O conhecimento positivo emergente é marcado pela praticidade e pela associação ao imperativo da utilidade, apresentando um caráter limitado e concreto, mas que, no entanto, vai se tornando um campo em que os conflitos com o poder e a ordem instituída são contemporizados com as reflexões e análises produzidas pelos intelectuais gregos, que oferecem a sugestão de um novo método de investigação racional, de pensar e conhecer. Esta atitude é bem representada por Sócrates quando afirma que por ser o homem um ser racional e, portanto, questionador, não poderia jamais aceitar a vida sem questioná-la, devendo enfrentar os costumes, a autoridade e as razões que lhe são impostas. Foi com a sugestão de um novo método de conhecer que houve a substituição das tradições pela metafísica, como fonte e orientação dos valores a serem seguidos pelos homens. Esse foi o papel atribuído à filosofia nascente: reconciliar os dois produtos mentais, extrair das tradições o núcleo essencial da moral e justificar as crenças já aceitas.

Na verdade, nos lembra Dewey, a filosofia, na sua versão metafísica, se ocupou com a justificação racional de verdades previamente aceitas devido ao seu prestígio ou simplesmente, pela simpatia a essas idéias. Com isso, o seu caráter fortemente formal e argumentativo, sua terminologia rigidamente elaborada, seu destaque às demonstrações lógicas e definições abstratas marcadas pela busca de uma verdade imutável e segura e rejeitando as atitudes de defesa ao que seria meramente provável. Tais atitudes pretensiosas da maioria dos filósofos os levaram a formular uma convicção

de que apenas a filosofia alcançaria a verdade imutável e necessária, ficando para as ciências especiais a provisoriedade e a parcialidade. Do mesmo modo, como as tradições conquistaram um alcance universal, assim também, o rival pensamento reflexivo afeito à filosofia nascente aspirou à mesma universalidade.

Com efeito, embora parecendo tão distante das questões realmente concretas nas quais a humanidade está constantemente envolvida, Dewey nos mostra que os temas abordados pela filosofia são conectados com o drama humano em sua luta com os ideais e as crenças sociais.

Assim, ele explica:

Ao invés de tentativas impossíveis para transcender a experiência, nós temos o registro significativo dos esforços dos homens para formular as coisas da experiência em relação às quais eles são mais profundamente e apaixonadamente ligados. Ao invés de esforços puramente especulativos e impessoais para contemplar, como espectadores distraídos, a natureza das coisas-em-si absolutas, nós temos uma imagem viva da escolha de homens pensadores acerca de como desejariam que a vida fosse, e para quais fins teriam os homens que conformar as suas atividades inteligentes. (DEWEY, 1957, p. 26).

4.2. Do novo cenário anunciado a partir do século XVII - Dewey destaca a figura de Francis Bacon (1561-1626) – como o fez Comte - no cenário do ocidente como um novo anúncio cultural, valendo-se de uma conhecida afirmação do filósofo inglês que se pauta na íntima relação entre o saber e o poder. Para o norte-americano, esta asserção apresenta um significativo conteúdo pragmatista de conhecimento, a partir do qual defende um saber enquanto ação e delineia uma crítica ao ensino literário, ornamental e academicista, de tradição renascentista. Outro tipo de saber criticado por Bacon foi aquele próprio dos alquimistas ou dos astrólogos que, segundo ele, mais enganavam os homens do que os esclareciam acerca da natureza. Para ele, havia ainda um outro tipo de saber pernicioso ao homem que era o saber pela demonstração, argumentação e persuasão, caro aos escolásticos, mais preocupados em dominar as mentes do que torná-las descobridoras de novos conhecimentos, meta para o alcance da qual o inglês se propõe a criar um novo método. Para Bacon,

os princípios e as leis da natureza não se encontravam na superfície da realidade, mas, ao contrário, eram segredos que precisavam ser apreendidos por um método de investigação mais eficaz para o descobrimento.

Inspirado na investida de Bacon e nos possíveis avanços dela decorrentes, Dewey se empolga pelas promessas das realizações advindas da nova ciência, e afirma: “Estes quatro fatos: ciências naturais, experimentação, controle e progresso têm sido estreitamente amarrados juntos” (DEWEY, 1957, p. 42). Além disso, o abandono à rigidez dos costumes e das classes sociais, como também, à obediência definitiva à autoridade, deslocou o foco da organização política a uma maior emancipação dos indivíduos em direção à democracia. Associado a esses fatores, Dewey destaca ainda o papel mobilizador que teve o protestantismo ao interpretar o indivíduo como um fim em si mesmo, não necessitando de intermediação para relacionar-se com Deus. No entanto, adverte que, inicialmente, as mudanças provocadas por esses fatores foram casuais e de caráter técnico e econômico mais do que realizadas de forma inteligente, humana e moral e de abrangência social.

Com efeito, o que pode ser destacado como um grande ganho para a humanidade a partir desse processo, segundo Dewey, foi a libertação da natureza em relação às finalidades rígidas e fixas, o discernimento entre a observação e a imaginação, os avanços advindos das possibilidades múltiplas oferecidas pela idéia de mudança, pela noção do ilimitado, do movimento livre e da igualdade de oportunidades, dentre outros. Nesse contexto, o conhecimento passa a ser interpretado como sendo ativo e operante, calcado no controle experimental com objetivos científicos e práticos e um estímulo para os novos esforços e realizações uma vez que o homem se encontra diante de imensas possibilidades. Ademais, tanto a educação, como a moral, foram solicitadas a prestarem uma atenção maior aos meios, às condições e às coisas, cujos fatores eram vistos anteriormente com menosprezo porque expressavam a matéria, o caráter mecânico da realidade e a mudança, logo, a

imperfeição. Prenuncia-se assim uma filosofia mais criadora e construtiva e uma nova moral mais aberta e flexível.

4.3. Das novas exigências à filosofia e suas conseqüências - Como em todas as ações humanas, o campo da moral passou a necessitar de métodos investigativos a fim de localizar os problemas morais e os males que invadem o mundo humano. O método de inventividade para a elaboração de planos sugestivos de hipóteses com as quais o trabalho se organiza passou a ser valorizado. Estabelecida a hipótese e sua comprovação - avaliada pelas conseqüências que produz – se desencadeia a reorganização da experiência pela extirpação da dificuldade. A hipótese é vista como verdadeira, quando traz um melhoramento e crescimento moral. Como ele mesmo explica: “Não é a perfeição que deve ser vista como o objetivo final, mas o processo persistente de aperfeiçoamento, amadurecimento, refinamento que deve ser entendido como a meta da vida” (DEWEY, 1957, p. 177).

Dewey coloca em destaque o conceito de experiência como fonte de todo critério para o julgamento de supostas verdades e de formulação de hipóteses e princípios. O referencial da tradição, como origem de postulados verdadeiros e universais, já não apresenta a partir daí a mesma validade. Ademais, a experiência constitui-se num guia da ciência, da vida moral e da educação. Com a conseqüente valorização do caráter prático e empírico das atividades humanas e seguindo a mesma racionalidade do experimentável, aos homens foi aconselhado a sempre colocarem à prova os seus atos e as suas crenças. Quando essa postura se tornar assimilada, os incidentes particulares, guardados na memória seletiva, são fundidos e vão adquirindo um caráter de generalidade, formando os hábitos em vista de um plano de ação. Portanto, a experiência oferece uma visão geral concreta, orientando as ações humanas e levando à formação de conceitos.

Mas foi com os avanços da biologia, nos ensina Dewey, é que o conceito de experiência foi sendo desenvolvido. Foi no contexto do conhecimento biológico que as ações e a atividade se

salientaram em tudo o que se manifesta na vida em seu processo contínuo de adaptação ou acomodação ao meio - não permitindo entendê-las jamais como um fenômeno de passividade. Ao contrário, assistimos a partir daí, a uma contínua intervenção ativa das ações humanas em relação ao meio, realizada proporcionalmente às possibilidades das formas mais elevadas da vida, ao mesmo tempo em que esta vai sofrendo as conseqüências de suas ações – dando-se aí a reconstrução ativa do meio e da própria vida. Nesse processo, há uma continuidade das experiências vividas a partir das experiências passadas em direção ao futuro. Nesse contexto, como bem explica Dewey: “O conhecimento não é algo separado [do mundo] e auto-suficiente, mas é envolvido no processo pelo qual a vida está sustentada e se desenvolve” (DEWEY, 1957, p. 87). Trata-se aí do princípio de continuidade da experiência.

Com o entendimento da experiência não somente pelo ponto de vista empírico, mas experimental, e com o aporte da nova ciência que capacita o homem para controlar deliberadamente o meio que o rodeia, a experiência se converteu numa força mobilizadora ímpar, pois não se espera que o acaso por si mesmo leve à mudança. Provoca-se uma nova rota ao futuro a partir de experiências passadas e através do método da inteligência. Ou seja, as experiências envolvem ações tecnológicas, artísticas e efetivamente humanas, como garantias da possibilidade de manejo de seu conteúdo por uma forma inteligente e construtiva, em vista de novas e melhores finalidades, significando, portanto, um aumento na liberdade de ação. Assim, os métodos inteligentes nas investigações apresentam relações com a reorientação e a reconstrução deliberada da experiência.

É dentro desse contexto que Dewey define a razão como um atributo humano construído num processo de formação constante.

[...] a razão é inteligência experimental, concebida a partir do modelo da ciência, e usada na criação das artes sociais; ela tem algo para fazer. Ela liberta o homem das amarras do passado, devido à ignorância e acidentes cristalizados em costumes. Ela projeta um futuro melhor e assiste o homem nas suas realizações. E suas operações estão sempre sujeitas a testes na experiência. Os planos que são formados, os princípios que o homem

projeta como guias da reconstrução da ação, não são dogmas. Eles são hipóteses para serem trabalhadas na prática, e podem ser rejeitadas, corrigidas e expandidas na medida em que fracassam ou bem se sucedem ao propiciar às nossas experiências presentes a orientação de que elas precisam. Nós podemos chamá-las de programas de ação, mas desde que elas são para serem usadas para tornarem as nossas ações futuras menos cegas, mais dirigidas, elas são então flexíveis (DEWEY, 1957, p. 96).

O pressuposto de que a educação é um processo moral se explica justamente porque a moral implica na conquista de uma felicidade. Esta sendo entendida como a superação de obstáculos e eliminação do que é mal, defeituoso e impróprio ao ‘verdadeiramente humano’, no sentido individual e social. Do mesmo modo, a educação deve ser comprometida com o crescimento e o desenvolvimento, ou seja, com a reconstrução contínua da experiência.

Percebemos pelo exposto que há, no pensamento de Dewey, uma forte influência das teses próprias às ciências naturais e uma estreita intimidade entre a filosofia e a educação. Para ele, a filosofia é entendida como a “teoria geral da educação”, na medida em que, sendo a educação vista como o processo formador das disposições essenciais do homem em relação ao mundo natural e social precisa, para essa realização, senão do guia filosófico, pelo menos do seu acompanhamento necessário.

Com efeito, toda a instituição de uma dada sociedade deve ser testada conforme o critério de crescimento, através do qual a mesma deve garantir o progresso e a reorganização social. Toda educação, para Dewey, deve estar então comprometida com a liberação das capacidades de todos os indivíduos no que tange a todas as suas possibilidades de desenvolvimento e de inteligência, acontecendo num processo de continuidade progressiva. Lembremos mais uma vez que, para o autor, não é a perfeição a meta a ser estabelecida, mas a marcha de busca do aperfeiçoamento e do crescimento é que deve ser estimulado pelas instituições democráticas. Nesse sentido, o autor esclarece:

Democracia tem muitos significados, mas se ela tem um significado moral, este é encontrado na resolução de que o teste supremo de todas as

instituições políticas e arranjos industriais deverá ser a contribuição que eles fazem na busca do crescimento geral de todos os membros da sociedade e em todas as direções. (DEWEY, 1957, p. 186).

4.4. Das conseqüências do desprestígio da experiência e o papel da filosofia - Denunciando o desprestígio da experiência pelo ocidente, Dewey mostra que este comportamento provocou uma reação natural diante da irresponsabilidade implícita nessa postura, uma vez que o racionalismo ao se colocar numa posição de superioridade em relação à experiência, desprezou a comprovação, a confirmação, a prova, entendendo a razão como auto-suficiente e garantidora de uma verdade incontestável, causando um descuido pelo real e uma postura passiva diante da vida. Curiosamente, essa confiança na razão levou a um otimismo exagerado, proporcionalmente inverso com o que é da ordem do prático e do material. No entanto, essa ingenuidade e inação resultantes dessa postura, mostraram-se perniciosas para o enfrentamento dos problemas.

Assim, enquanto as posturas pessimistas são paralizadoras e não investem em esforços de mudanças, as posições excessivamente otimistas se pautam na cegueira e insensibilidade, negando-se a reconhecer as misérias e os problemas que maltratam a humanidade. Ambas as posições não servem como parâmetro à inteligência transformadora do homem, pois obscurecem os problemas e atenuam a própria capacidade humana para enfrentá-los. Com efeito, os homens têm percebido as conseqüências dessa postura pela presença das guerras, do fracasso e das dores que os afligem, mas que os encontram amordaçados pelo espírito pessimista ou cético ou, ainda, paralisados diante dos problemas. Nesse sentido, recorramos ao próprio autor para, com ele, compreendermos o papel da filosofia enquanto parte de um ‘conjunto de conhecimentos’ que podem indicar algumas orientações aos homens no sentido de ajudá-los a encontrarem possíveis saídas aos seus impasses existenciais.

A filosofia ... não pode ‘resolver’ o problema da relação entre o ideal e o real. Este é o ponto central da vida. Mas ela pode, ao menos, iluminar a complicação humana em lidar com o problema, através da libertação da humanidade dos erros que a filosofia mesma tem que enfrentar [...] Pois, à medida que a humanidade estiver comprometida com este enviesamento radical, ela andarà para a frente com os olhos vendados e com os membros

amarrados. E a filosofia pode efetuar, e ela o fará, mais do que este papel negativo. Ela pode tornar mais fácil para a humanidade a tomada de rumos certos para a ação, tornando claro que uma inteligência simpática e integral aplicada à observação e à compreensão dos eventos e forças sociais concretas, pode forjar ideais, isto é, finalidades, que não serão nem ilusões ou meras compensações emocionais (DEWEY, 1957, pp. 130-131).

5. Considerações finais – Embora Dewey tenha delineado sua concepção de filosofia no decorrer de todo o seu trabalho, percebemos uma ênfase contundente em sua análise particularmente presente em sua *Reconstrução na filosofia*. Sua idéia sobre o objeto fundamental da filosofia aponta para a investigação sobre o campo da experiência humana original, continuamente elaborada pelos mais diversos arranjos de interconexões. Contudo, a filosofia dos tempos das modernas academias já recebe essas experiências através de feixes de problemas altamente intelectualizados e generalizados, tornando-se um mero exercício formal e sofisticado. Preocupado com o caráter metafísico e epistemológico pré-científico e suas conseqüências, Dewey se dedica à reconstrução da filosofia. Em sua obra já citada, o notável autor expõe os problemas da disciplina e as novas diretrizes que esta deveria tomar para o crescimento dos indivíduos inseridos numa sociedade verdadeiramente democrática. Dewey defende uma concepção ‘orgânica’ de filosofia social para enfrentar as propostas de cunho individualista por um lado, e as de teor socialista, de outro. Para ele, essas posições têm sido fundamentadas em conceitos abstratos e fixos, com pretensões universalistas, pouco ajudando na investigação, pois não auxiliam na elucidação das situações efetivamente concretas. As ciências políticas, a sociologia, a filosofia e a teoria social em geral têm se mostrado distante da realidade concreta, se constituindo em artigo de luxo com pouquíssimas contribuições à investigação dos problemas e ao planejamento de uma sociedade marcada por características resultantes da revolução científica, industrial e política.

Além da defesa do uso imprescindível da inteligência, ao invés da ‘razão’, Dewey tem em vista a promoção do pensamento reflexivo e uma reorientação para a reconstrução da própria filosofia. Ademais, ele propõe que superemos os dualismos teoria-prática, sociedade-indivíduo

suplantando a separação do político em relação ao moral. Cada indivíduo deve ser compreendido como um ser em processo ativo que se desenvolve estimulado pelas mudanças que ocorrem no substrato social do qual participa e de cuja vida associativa é igualmente dependente. Nesse sentido, “as instituições são vistas conforme o seu efeito educativo: - com referência aos tipos de indivíduos que elas fomentam” (1957, p.196). Ou seja, a individualidade é ‘produzida’ de acordo com as influências da vida associativa sobre os indivíduos - provida pelas instituições – em cujo seio cada um é livre na medida em que se desenvolve, muda sempre que lhe é requerido e investe na busca da felicidade.

No entanto, “a sociedade é forte, poderosa e estável contra os acidentes, somente quando todos os seus membros podem funcionar de acordo com os limites de suas capacidades” (1957, p. 208), sendo o espírito experimental dos indivíduos, um recurso indispensável para isso. Assim, uma teoria só faz sentido quando se torna desvincilhada das explicações metafísicas e dos conceitos generalizantes - tal como Estado, por exemplo – e realiza uma investigação debruçada nos fatos específicos, mutáveis e relativos aos objetivos e aos problemas aos quais está ligada.

Preocupado com a situação de pessimismo e insegurança próprios dos anos que se seguiram a I Guerra Mundial, Dewey defende o pluralismo que ocorre concretamente na vida social, não desconsiderando os laços estreitos que ligam os indivíduos e a sociedade. Combatendo os nacionalismos ferrenhos construídos sob a égide do dogma da soberania nacional e da exaltação ao Estado – *posição irregularmente suprema* (1957, p. 204) -, aponta esses fatores como possíveis causas dos terríveis conflitos, se constituindo em forte barreira para a formação de uma mentalidade internacional compatível com uma noção de sociedade, entendida não como um organismo único, mas como um conjunto de várias associações de experiências compartilhadas. Tal situação pública e social oferece os únicos meios para a universalização dos valores, no sentido de socialização da comunicação, da participação e da convivência irrestritamente distribuída.

Como vimos, Dewey reivindica uma ampla aplicação dos princípios que regem a necessária reconstrução intelectual de base científica a todas as esferas da experiência humana, sem excetuarmos e, talvez até de modo especial, o campo da moral. Com isso, defende o abandono das noções absolutas próprias, por exemplo, do mundo cultural de traços escolásticos, em que se supunha a fixidez superior à mudança ou a indispensável orientação da conduta humana pelos princípios e conceitos universais. Diante dessa questão, o filósofo toma como recurso intelectual as alternativas que o pragmatismo pode lhe oferecer e sugere, assim, que analisemos uma dada idéia moral pelas suas conseqüências, apreendendo com isso o seu significado. Advogando em favor da aplicação do ‘método da inteligência’ que consiste basicamente na localização do problema ou na clarificação da situação problemática e no levantamento de hipóteses solucionadoras do problema, o autor formula uma sugestão de análise sobre as conseqüências das alternativas elencadas pelo investigador na tomada de decisões diante da questão, levando-o a descoberta de qual o curso verdadeiro de uma ação, isto é, formulando um plano de ação mais acertado. A investigação com o uso da inteligência significa a adoção do mesmo conjunto de procedimentos racionais e lógicos para os maiores benefícios ao homem, em todos os campos do conhecimento. Pela análise pragmática sobre as conseqüências das ações e sob a orientação dos recursos que a inteligência permite, coloca-se como exigência uma postura revisionista pautada nas possibilidades de reajustes, na atividade corretiva dos erros e na aceitação natural dos resultados que nunca são definitivos.

Os valores, para Dewey, não devem ser entendidos pelo seu sentido geral ou universal, mas como noções modificadoras do fazer humano, relativamente às ações específicas ou, ainda, como direções mobilizadoras para a qualidade da experiência. A variabilidade das experiências individuais e as possibilidades, capacidades e dificuldades próprias de cada um imputam traços únicos, concretos e individualizados aos valores. Cada valor não poderá ser entendido independentemente das demais experiências vividas e aquelas que poderão ser experimentadas pelo indivíduo. A vida

não pode ser entendida de forma fracionada, nem pode ser interpretada sem a consideração de que tudo o que se busca realizar afeta todas as demais atividades.

A partir desses apontamentos torna-se compreensível a posição do autor a respeito dos dualismos entre os valores, por exemplo, morais (como a justiça) e naturais (como a saúde). Pois, para ele: “Qualquer coisa numa dada situação é um fim e um bem de igual importância, classificação e dignidade de todo outro bem de qualquer outra situação, merecendo a mesma atenção inteligente” (DEWEY, 1957, p. 176).

Avesso aos critérios classificatórios que subordinam os valores numa escala organizativa de superioridade ascendente e que leva a um entendimento valorativo imutável e rígido, o autor aponta para uma das grandes perdas para a humanidade, resultante desses dualismos e hierarquização de valores, a saber, o entendimento de uma dimensão naturalista, material e mecânica e de uma outra que é moral, ideal e da instância humanista. Com efeito, para que qualquer avanço seja real e tecnicamente significativo deverá apresentar contribuições à esfera social, estabelecendo um sentido moral para as ciências - as quais não podem estar divorciadas do que é humano - assim como a moral, não podendo estar distanciada do que é concreto e próprio das experiências dos homens.

Outro perigo apontado por Dewey diz respeito ao utilitarismo, cujas posições de alguns dos seus representantes e simpatizantes têm se arvorado a se tornar uma boa alternativa apropriada à modernidade. Para ele, esta sugestão, ao enfatizar o produto de forma excessiva mais do que a força criativa humana, facilitou o interesse de classe, a ânsia vazia pela riqueza e pelos prazeres, não se constituindo em uma proposta de avanço social. Na verdade, o que ocorreu foi que esta postura apenas substituiu os valores tradicionais pela defesa da imutabilidade dos valores, levando a uma proposta que garante somente o gozo e o desfrute hedonista estabelecido como fim último. Com isso, mais uma vez, o autor reforça a sua justificativa da necessidade de reconstrução da filosofia.

Contrariamente aos resultados fixos esperados para que julgemos a validade de uma ação, Dewey nos convida a priorizarmos o empenho no aperfeiçoamento, o processo desenvolvido e constante em direção à melhoria do estado geral do indivíduo, o trabalho transformativo em ação, tudo isso, designado pelo próprio autor, como ‘crescimento’, ou seja, “o único ‘fim’ moral” da humanidade, aquele que tem a ver com a renovação e a recriação perene do espírito (DEWEY, 1957, p. 177). Nesse sentido, nem os conhecimentos, as habilidades ou a cultura poderão ser colocados como fins últimos da educação. Enquanto atividade moral - uma vez que esta se preocupa em desenvolver uma trajetória de melhoramento das ações, numa perspectiva de superação do que haja de maléfico ao ser humano - todo o processo educativo realizado pelas instituições presentes numa sociedade democrática é tomado como uma oportunização ímpar para a reconstrução das experiências humanas.

Desse modo, o caráter educativo das instituições democráticas se define pelo alcance que apresentam em contribuir para o ‘crescimento’ de todos, independentes de qualquer traço diferenciador presentes em uns e outros. Cada instituição apresenta-se assim, disposta a comprometer-se com a educação de todos, para que atinjam patamares de experiências significativas conforme as suas possibilidades e capacidades, reorganizando modos de compreensão do mundo, ajustando experiências passadas com as mais recentes, e planejando ações inteligentes diante dos problemas que são localizados e enfrentados com maior destreza.

Retomando o problema inicial apontado por Dewey em sua obra *Reconstrução na filosofia* percebemos que o autor participa de um coro de intelectuais decepcionados pelas auspiciosas promessas feitas pela ciência e pela tecnologia, principalmente no que diz respeito ao início do século XX. Ademais, pela sua análise, o autor elucida os problemas que deram impulso ao estado de insegurança própria de sua época. Como solução, a reconstrução da filosofia se apresenta como uma exigência pragmática, uma vez que ao enfrentar com especial atenção os dualismos e suas

conseqüências desastrosas, aposta na força das instituições as quais, podem participar do desenvolvimento geral dos indivíduos levando à consolidação da ordem democrática com o conseqüente enfraquecimento dos Estados totalitários e das políticas autoritárias. Pois, “uma das razões da desmoralização cada vez maior da guerra é aquela que coloca o Estado em uma posição suprema anormal” (DEWEY, 1957, p. 204).

Embora reconhecendo a importância do ‘déspota benevolente’, ao facilitar as condições para a execução de medidas benéficas aos indivíduos, Dewey não acredita no grande homem ou herói, já que o mesmo, na sua benevolência tende, certamente, a minimizar as capacidades individuais de solucionar e superar os seus problemas, podendo ainda levar ao aniquilamento do poder transformador das suas ações e de seu agir e pensar autônomos. Nesse sentido, salienta que em qualquer caso, jamais as ações promovidas pelo déspota benevolente contribuem para o bem-comum. E assim, assevera: “[...] não é o bem porque é conseguido à custa do crescimento ativo das pessoas a ajudar; e não é [uma ação] comum porque estas não têm participação na produção do resultado” (DEWEY *apud* PUTNAM, 1992, p. 254). Além do mais, os privilégios e as condições de iniquidade são extremamente nocivas aos apelos verdadeiramente democráticos, uma vez que desperta o egoísmo e estimulam a incapacidade de pensamento e ações autônomas, não contribuindo para o crescimento progressivo e constante de todos. Por esse motivo, quando propõe como modelo de investigação o método científico, Dewey não advoga o direcionamento das ações humanas pelos especialistas. Antes, quer que todos, pela democracia, tenham as condições necessárias para o crescimento e para a conquista da felicidade. É o exercício democrático e a experimentação que ensinarão sobre o que devemos e queremos alcançar.

Nesse sentido, encontramos na defesa da democracia pelo filósofo norte-americano, um ponto a mais de dissonância em relação às idéias positivistas que tão efusivamente destacam o papel da ciência para o avanço e regeneração da sociedade. Contudo, tais ideais positivistas salientam a

busca da realização humana apontada pela entidade abstrata, a Humanidade, representada por aqueles que mereceram receber esta insígnia valorosa de nobreza humana atribuída aos homens e mulheres que concretizaram uma vida de zelo aos princípios doutrinários. Esses seres de nobreza são marcos concretos e perenes que perfilam a história e enobrecem o passado. Como garantia de realização dos ideais de Amor, Ordem e de Progresso seria necessário também a concretização da Ditadura Republicana ao invés da democracia, como desejou Dewey.

Enquanto o *Sistema de Filosofia* de Comte descreve as concepções próprias a cada fase de desenvolvimento humano e social, possível de serem superados pela incorporação dos princípios positivistas e pela absorção do paradigma das sete ciências, a filosofia para Dewey deve resgatar a experiência que foi desprestigiada pelo ocidente. No entanto, a filosofia não teria outro papel a não ser “[...] clarificar, libertar e alargar as vantagens inerentes às funções de experiência naturalmente geradas [...] Não tem qualquer autoridade de revelação [...] Mas tem a autoridade da inteligência, da crítica desses bens comuns e naturais” (DEWEY *apud* HILARY, 1992, p. 259). É um conhecimento não necessariamente pleno de conteúdos ou teoria, mas que auxilia os humanos a realizarem experiências mais ricas e promissoras para si e para a vida associativa.

Para finalizarmos, podemos enfatizar o trabalho disseminador das idéias de Dewey pelo filósofo da educação brasileiro Anísio Teixeira (1900-1971) que segue fielmente a trajetória filosófica do norte-americano ao analisar a situação brasileira. Ainda em 1934 quando publica pela primeira vez a sua obra *Educação progressiva: Uma introdução à filosofia da educação*, mais tarde chamada *Pequena introdução à filosofia da educação*, afirma: “Transforma-se a sociedade nos seus aspectos econômicos e sociais, graças ao desenvolvimento da ciência, e com ela se transforma a escola, instituição fundamental que lhe serve, ao mesmo tempo, de base para a sua estabilidade, como de ponto de apoio para a sua projeção” (TEIXEIRA, 1978, p. 27).

A força teórica de Dewey é percebida ainda nos dias mais atuais, quando percebemos uma acalorada referência e admiração por outro filósofo norte-americano, Matthew Lipman (1923-), que tem se ocupado, como o filósofo de Vermont, com o papel da educação na formação da democracia. Para ele, contudo, Dewey não conseguiu esclarecer o suficiente o papel formador único da disciplina de filosofia enquanto atividade investigativa peculiar, mas enfatizou, no entanto, a necessária influência da investigação científica como modelo ao desenvolvimento do pensamento (LIPMAN, 1995, pp.157-161).

É curioso que Hilary Putnam (1926-), já em 1992, publica também ele uma série de conferências, anteriormente proferidas na Universidade de St. Andrews no outono de 1990, cuja coletânea intitulou *Renovar a filosofia* argumentando que “[...] fui também guiado pela convicção de que a atual situação na filosofia exige uma revitalização, uma renovação da matéria” (PUTNAM, 1992, p. 09). Do mesmo modo como Dewey, Putnam tenta assim, apresentar um diagnóstico da atualidade e propor algumas sugestões. O interessante é que Putnam inicia a sua análise com a constatação de que um forte cientismo invadiu a filosofia. No entanto, destaca alguns pensadores que não se intimidaram com os argumentos científicos e apresentaram sugestões altamente promissoras para este enfrentamento. E, dentre alguns nomes conhecidos no campo da filosofia e temas bem contemporâneos, a figura de John Dewey ganha certo realce especialmente com respeito ao seu combate às ilusões da metafísica e do ceticismo. No entanto, Putnam não reconhece que a sugestão consequencialista de Dewey sobre a moral baseada no método científico, apresente saídas razoáveis para muitos dos impasses humanos. Desse modo, Putnam parece, em alguma medida, mais simpático à sugestão de William James (1842-1910) que aposta na possibilidade de, em algumas situações, podermos decidir antes da prova, tornando mais criteriosa a opção feita segundo a própria conta e risco e imperativa a nossa aceitação do resultado dessas opções. James assim ressalta a condição humana peculiar ao realizarmos as nossas decisões.

As colocações de Putnam revelam que o chamado ‘cientismo’ de Dewey merece no mínimo cuidado em relação aos conceitos caros ao autor, exigindo uma análise judiciosa. É por isso que este trabalho se propõe, tão somente, a levantar o problema e a ensaiar as primeiras aproximações sobre a questão.

Apesar de Putnam fazer algumas restrições às idéias de Dewey, ao finalizar a sua análise para renovar a filosofia endereça a ele reconhecimento e consideração, como as palavras que se seguem: “[...] quando Dewey nos desafia a perguntar até que ponto estamos a viver realmente a nossa fé democrática, o efeito pode ser o de mudar as nossas vidas e a forma como vemos as nossas vidas; e é esse o papel da reflexão filosófica no seu melhor” (PUTNAM, 1992, p. 275).

Desperta surpresa e curiosidade o fato de os dois autores, Dewey e Putnam, numa distância de setenta e dois anos entre as suas publicações aqui referidas, seguirem acreditando numa necessidade de *reconstrução* ou *renovação* da filosofia, confluindo para questões muito próximas que levam Putnam a oferecer, em sua obra, um considerável destaque a Dewey - pela sua insistente busca pela democracia ainda não totalmente alcançada, mas que deve ser perseguida pelas ações inteligentes, somente possíveis na vida associativa em que se combinam diferentes instituições em vista do crescimento de todos os seus partícipes. Daí o caráter educativo das instituições.

Se entendermos que o pragmatismo se sustenta na mobilidade de posições e na defesa das revisões permanentes dos seus postulados, o exemplo dessa discussão apresentada aqui parece muito ilustrativo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. DEWEY, John. *Reconstruction in philosophy*. Boston: Beacon Press, 1957.
2. DEWEY, John. *La reconstrucción de la filosofía*. Buenos Aires: M. Aguilar Editor, 1964.
3. LIPMAN, Matthew, *O pensar na educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
4. PUTNAM, Hilary. *Renovar a filosofia*. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.
5. TEIXEIRA, Anísio. *Pequena introdução à filosofia da educação*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

